SISMMAC

25 anos de organização e luta do magistério municipal de Curitiba



Luta em defesa da qualidade da educação, por melhores condições de trabalho e salário digno marca a trajetória do SISMMAC nesses 25 anos de história

MAC

Em outubro deste ano, o SISMMAC completa 25 anos de fundação. Criado em meio ao processo de redemocratização do Brasil, o Sindicato acompanhou a trajetória de luta do magistério em busca de respeito e valorização durante cada parte da história do desenvolvimento da rede municipal de Curitiba.

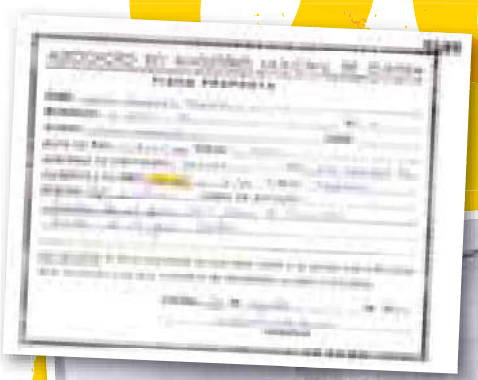
Foram várias passeatas, mobilizações e greves que possibilitaram ao magistério conquistar cada um dos direitos existentes hoje. Recordar essa trajetória e mantê-la viva na memória das novas gerações de professoras e professores municipais também são tarefas do Sindicato. Por isso, esse texto busca resgatar os momentos mais marcantes, que ajudaram a construir a história do magistério municipal de Curitiba.

Ao longo das décadas, a história do SISMMAC e do magistério pode ser contada pelas lutas por direitos, melhores salários e condições de trabalho, saúde de qualidade e mais investimentos para a educação.

anos

Organização do magistério antes da criação do sindicato

Antes da fundação do sindicato, as professoras e professores de Curitiba já se organizavam para reivindicar direitos. A primeira entidade, criada em 1971, foi a **Associação dos Professores Municipal de Curitiba (APMC)**, que existiu até 1973, quando não resistiu às medidas repressoras da Prefeitura.



Ficha de sindicalização da Associação do Magistério Municipal de Curitiba – 1979



Reunião do Conselho de Representantes realizada em 1984. A partir de 1983, o Conselho de Representantes passa a ser visto como instância de direção da AMMC

Na época, o Brasil vivia os chamados anos de chumbo do regime militar. Sob a presidência de Emílio Garrastazu Médici, os militares impunham através do Ato Institucional nº 5 e da Lei de Segurança Nacional um estado de exceção total, caracterizado pelo controle sobre a mídia e a educação e pela censura, prisão e tortura de opositores.

Em Curitiba, não era diferente. As eleições municipais e estaduais estavam suspensas e os militares indicavam quem seria o interventor que assumiria a Prefeitura. Jaime Lerner governou a cidade desse modo por dois mandatos: de 1971- 1974 e 1979 -1983.

Em 1979, com a aprovação da lei da anistia e o início do processo de redemocratização, é **fundada a Associação do Magistério Municipal de Curitiba (AMMC)**.

O cenário nacional de reabertura política recebe um novo estímulo a partir das grandes greves que começam no setor metalúrgico paulista em 1978. A alta da inflação, que fechou o ano de 1980 acumulada em 110,24%, e a crescente insatisfação popular com o regime militar são o impulso que coloca várias categorias em luta nesse período.

No setor da educação básica, esse movimento é impulsionado pela Confederação dos Professores do Brasil (CPB), que lutava pelo reajuste salarial semestral. A reivindicação visava garantir um intervalo menor para a reposição da inflação, como forma de manter o poder aquisitivo dos professores ao longo do ano.

Em 1980, acontece a primeira paralisação da história do magistério municipal de Curitiba. Na luta pelo reajuste salarial semestral, os professores aderem à paralisação do Dia Nacional de Luta Pela Educação, convocada pela CPB, paralisam as aulas em várias escolas e realizam uma manifestação no centro da cidade.

Em 1982, José Richa (PMDB) é eleito governador do estado através do voto direto, depois de quase 20 anos sem eleições para escolha de governadores e prefeitos no país. Como as eleições municipais ainda estavam suspensas pelo regime militar, Richa indica Maurício Fruet para a Prefeitura de Curitiba. Apesar de vários aparatos repressores e legislações da ditadura continuarem em vigor, prevalece o clima de reabertura "lenta, gradual e segura".

As lutas contra os impactos da inflação e pelo aumento do piso salarial da categoria marcam a trajetória da AMMC durante toda a década. Em 1983, os professores paralisam no dia 22 de julho para reivindicar a adoção de uma política salarial de valorização da categoria. No dia da paralisação, o prefeito Maurício Fruet comunicou que estava enviando para a Câmara Municipal uma proposta de reajuste de 35% e encerra o movimento com o compromisso de incluir representantes da AMMC na comissão que estuda o estatuto do magistério e de realizar uma reunião de negociação marcada para o dia 25 de julho.

Na reunião, o prefeito apresenta a proposta na íntegra. Além do reajuste de 35%, a administração também se compromete a garantir reajuste semestral e um piso de 2,5 salários mínimos a partir de janeiro de 1984. Em relação ao estatuto do magistério, a Prefeitura se compromete a encaminhar o anteprojeto, num prazo de 90 dias, para ser discutido na câmara municipal e garante a participação de dois representantes do magistério na comissão que elaborará o documento.

A proposta é aceita apesar da insatisfação com o índice de reajuste abaixo da inflação – só o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do mês de junho foi de 55%. Na assembleia realizada no dia 26, os professores manifestam seu descontentamento com o índice proposto e mantém a reivindicação de um piso salarial de três salários mínimos. Também reivindicam que o reajuste semestral a ser pago em janeiro cubra o percentual do INPC que não foi reposto.

Primeiro grande comício pelas Diretas Já é realizado em Curitiba no dia 12 de janeiro de 1984



Rubens Vandressen
Arquivo Gazeta do Povo

Diretas já e a conquista das eleições para diretores nas escolas

Em 1983, a AMMC também se envolve no movimento que busca reestabelecer as eleições diretas para presidente da república. São organizados vários comitês em todo o Brasil para organizar ações em apoio à Emenda Dante de Oliveira, que propunha reestabelecer o voto direto para as eleições de 1985. No dia 12 de janeiro de 1984, Curitiba sedia o primeiro grande comício em todo o país da campanha ***Diretas Já***, que reúne cerca de 30 mil pessoas na Boca Maldita.

Apesar do forte apoio popular, a proposta é rejeitada pela Câmara dos Deputados em abril de 1984. A eleição para presidente em 1985 foi novamente indireta, entretanto, uma articulação entre diversos setores contrários e favoráveis ao regime garante a indicação de Tancredo Neves para a presidência.

Como consequência da luta pelo fim do autoritarismo, o magistério conquista avanços com relação à redemocratização do poder também no funcionamento das escolas. Em 1983, ocorrem as primeiras eleições diretas para diretores das escolas municipais.

Greve de 1984: mesmo com proibição de greve pela ditadura, professores paralisam por sete dias e obtêm vitórias

Em 1984, a situação econômica faz com que o magistério paralise novamente para cobrar um reajuste salarial acima da inflação. As professoras e professores reivindicam reposição de 104,29% para cobrir as perdas, já que o INPC do período somava 100%.

As reivindicações são apresentadas à Prefeitura no começo de maio. Diante da ausência de res-

postas, o movimento paredista tem início no dia 30 de maio e se estende por sete dias. Como a legislação proibia o direito de greve no funcionalismo público, os professores deflagram "assembleia permanente".

No sexto dia de paralisação, a administração cede e apresenta proposta de reajuste de 70% e incorporação da gratificação de regência aos proventos da aposentadoria, desde que cumpridos quatro anos de carência. A Prefeitura também aceita rever o critério para concessão da licença prêmio, permitindo cinco faltas ao longo do quinquênio. Antes, o professor que tivesse qualquer ausência ao trabalho perdia o direito.

Em assembleia, a categoria aceita a proposta e decide voltar às aulas a partir do dia 6 de junho. O retorno às atividades é acompanhado pela continuidade da mobilização. Os professores elegem uma comissão permanente composta pelos representantes das escolas para encaminhar as negociações até outubro.

Luta pelo estatuto "azul"

Em 1985, as professoras e professores de Curitiba conquistam a aprovação do **Estatuto do Magistério Municipal**, fixado através da Lei 6.761. Apelidado de *estatuto azul* por ter sido distribuído em um impresso com a capa dessa cor, o documento trouxe avanços em relação a vários direitos, como a garantia de que os salários seriam definidos pela **maior habilitação** e não mais pela área de atuação do profissional. O estatuto também garantiu a incorporação do **adicional de 30% de regência** aos salários, estabeleceu as férias de 65 dias e **regulamentou a permanência**, definindo que 20% da jornada de trabalho passariam a ser destinadas às atividades de estudo e planejamento.


RODA VIVA

Nova República
Novos Salários
Estatuto Já

Debate:

Depois de dois anos de negociação com o prefeito, jornal Roda Viva, criado pela AMMC nos anos 1980, cobra "Estatuto já!"

As conquistas do *estatuto azul* foram resultado de 10 anos de intensa pressão e mobilização do magistério.

A reforma educacional imposta pelo governo militar em 1971 definiu que as redes de educação deveriam criar estatutos próprios para estruturar a carreira do magistério. Em Curitiba, Jaime Lerner estabelece um novo sistema de classificação de cargos e níveis de vencimentos em 1974, através da Lei 4.789. A partir dessa legislação, os professores e professoras são retirados do quadro geral dos servidores e passam a compor um quadro próprio.

A partir de então, torna-se reivindicação central do magistério a busca de um estatuto próprio que tornasse oficial os benefícios conquistados pelos professores e que avançasse também em novos direitos. Já em 1980, a categoria elege em assembleia uma comissão responsável por elaborar um anteprojeto de estatuto para o magistério.

Entretanto, a reivindicação só começa a avançar, ainda que a passos lentos, depois de iniciado o processo de redemocratização no Paraná. Em 1983, a paralisação feita pelas professoras e professores no dia 22 de julho faz com que o prefeito Maurício Fruet se comprometa a encaminhar o anteprojeto do estatuto do magistério, num prazo de 90 dias, para ser discutido na Câmara Municipal.

O compromisso não é posto em prática e os trabalhos da comissão, da qual participam dois representantes do magistério, se estendem ao longo de toda a gestão Fruet. Em 1984 e 1985, a categoria realiza audiências, atos e assembleias no salão nobre da Prefeitura para cobrar uma postura mais firme do prefeito a respeito do andamento da comissão.

O projeto é aprovado somente do final do governo Fruet, em novembro de 1985. Além da pressão da categoria, outro elemento que acelerou a aprovação do estatuto foi o a publicação do decreto federal Nº 91781 em outubro de 1985, durante o governo de José Sarney, que condicionou o recebimento das verbas do salário-educação à elaboração de estatutos próprios do magistério.

Greve de 1987: 40 dias de paralisação contra a intransigência da administração

A situação econômica e a postura do governo de conceder reajustes sempre abaixo da inflação empurram o magistério de Curitiba para a luta novamente. Em 1987, as professoras e professores de Curitiba constroem a greve mais longa da história da categoria. **O movimento tem início no dia 2 de abril e se estende por 40 dias, mesmo com corte de salários e sob fortes ameaças de demissão.**

O magistério reivindicava a adoção de um piso de quatro salários mínimos como forma de recuperar o poder de compra que foi se desgastando a partir do Plano Cruzado, lançado em 1986.

As perdas causadas pela inflação e pela mudança dos planos econômicos somavam 61%. A redução significativa do poder de compra coloca o conjunto da categoria em situação de instabilidade econômica e empurra as professoras e professores para a luta por reajuste salarial.

Logo no primeiro dia, o movimento conta com a adesão de 98% das 94 escolas existentes na época. A única escola que mantinha o funcionamento regular resolve aderir à greve na tarde do primeiro dia. Como já acontecia em outras categorias, a assembleia elege comissões para organizar o movimento enquanto perdurar a paralisação. **São criadas as comissões de infraestrutura, imprensa, mobilização, fundo de greve, cultura e comissão jurídica.**

Apesar da grande adesão à greve, a Prefeitura se mantém irredutível e afirma que o município não possui recursos para atender às reivindicações. O discurso de Roberto Requião, primeiro prefeito eleito após o golpe militar de 1964, alterna entre o tom de compreensão ao movimento e de ameaça aos grevistas.

No primeiro dia de paralisação, a Prefeitura lança uma nota em que afirma que Requião irá levar para Brasília a proposta de que o governo federal assuma os encargos das folhas de pagamento da educação das capitais brasileiras, fixando um piso salarial nacional de quatro salários mínimos. Ao mesmo tempo, o texto cobra o retorno das aulas e ameaça os professores com a "imediata adoção de medidas administrativas disciplinares necessárias ao retorno da normalidade".

No dia 3 de abril, segundo dia de paralisação, a Prefeitura aumenta o tom da ameaça. Com medo que o movimento cresça e atinja outros setores do funcionalismo municipal, o prefeito anuncia que irá demitir os professores que estivessem em estágio probatório. Em parte, o objetivo da administração é alcançado. A greve dos servidores municipais da saúde, que tem início no dia 3 de abril, dura apenas um dia. Entre o magistério, entretanto, a ameaça não surte efeito e a categoria mantém o movimento.

A primeira reunião de negociação entre os professores e o prefeito acontece no dia 7 de abril. No encontro, Requião reafirma que não irá atender a reivindicação e propõe a criação de um abono "emergencial" como forma de garantir que



No dia 14 de abril, os professores realizam, junto com pais de alunos e trabalhadores de outras categorias solidários ao movimento, a Passeata do Silêncio pelo centro de Curitiba



Com salários suspensos, magistério realiza campanha de arrecadação de alimentos no dia 1° de maio de 1987


Requião promete demitir o funcionário que entrar em greve

Ameaça de demissão já nos primeiros dias de greve foi manchete no jornal Correio de Notícias – 3 de abril de 1987

nenhum professor receba menos do que 4.200 cruzados, incluindo gratificação e outros benefícios.

A proposta é rejeitada pela categoria em assembleia. Além de servir apenas como um "tapa-buraco", a criação do abono é entendida como um ataque à estrutura da carreira, pois achataria as diferenças salariais entre os níveis. Uma nova reunião é realizada entre representantes do movimento, o prefeito e o governador do estado, Álvaro Dias, no dia 9 de abril para reivindicar o apoio financeiro do governo estadual, mas o encontro termina sem qualquer avanço.

Conforme o movimento cresce, aumentam também as ameaças. Quando a greve completa 10 dias, a Prefeitura anuncia que não irá abonar as faltas, o que é entendido pela categoria como uma tentativa de intimidação.

O anúncio oficial de que a administração iria cortar o pagamento dos salários dos professores é feito no dia 21 de abril, durante a última reunião de negociação entre o prefeito e a comissão de negociação do magistério.

Ao invés de intimidar, o anúncio gera revolta entre os professores e aumenta a disposição de luta da categoria. Com apitos e panelaço, o magistério vai até a sede da Prefeitura no dia 23 de abril para protestar contra o corte de salários.

Diante das ameaças e da intransigência do prefeito, os professores decidem voltar às salas de aula por um dia, no dia 27 de abril, como forma de garantir a manutenção do direito de estabilidade no emprego. O objetivo da medida era evitar a aplicação do artigo do estatuto do servidor que caracteriza como abandono de emprego a falta por 30 dias consecutivos ou 90 dias alternados.

A suspensão do pagamento do salário de abril não surte o efeito esperado pela Prefeitura. As professoras e professores resistem e mantêm a greve, através da organização de empréstimos e campanha de arrecadação de alimentos junto à comunidade.

O próximo passo da administração é ainda mais autoritário e repressivo. No dia 5 de maio, a Secretaria Municipal de Educação envia comunicado aos professores, avisando que irá demitir quem não voltar ao trabalho. Com o objetivo de acabar o movimento, a Prefeitura também ameaça intervir nas escolas e destituir as direções democraticamente eleitas.

As medidas repressivas adotadas pela administração para combater a greve dos professores municipais recebem críticas de diversos setores da sociedade, já que a eleição de um candidato do PMDB, partido que fez oposição ao regime militar, era entendida por muitos como um marco contra o autoritarismo da ditadura militar.

No dia 6 de maio, a categoria avalia o cenário em assembleia e decide elaborar uma contraproposta com o que considera o mínimo necessário para voltar às aulas. Eles pedem equiparação salarial com os professores estaduais até julho e a inclusão no orçamento do próximo ano do piso de quatro salários mínimos para toda a categoria.

Nos dias 7 e 8 de maio, são realizadas audiências com o prefeito com a presença de mediadores. Requião diz que não pode atender as reivindicações e apresenta uma nova contraproposta: reajuste de 20% em julho (gatilho para recompor a inflação), equiparação com o salário dos professores estaduais em janeiro, não punição dos grevistas e a liberação dos salários de abril.

O fim da greve é definido em assembleia, no dia 8 de maio. O magistério decide voltar às aulas, mas mantém o estado de greve para que possa continuar cobrando as pautas que não foram atendidas. As aulas são retomadas no dia 12, depois de 40 dias de paralisação, com a avaliação de que o movimento fortaleceu a coesão e organização da categoria e que a união e disposição de lutas foram preservadas apesar das ameaças intensas.



Boletim Informativo de dezembro de 1988 esclarece a categoria sobre a fundação do sindicato e sobre a necessidade de extinção da AMMC

Constituição de 1988 e a fundação do SISMMAC

Em fevereiro de 1987, é instalada a Assembleia Nacional Constituinte, com a tarefa de elaborar uma nova Constituição para o país. O clima de ebulição social que agitava o Brasil, impulsionado pela insatisfação com a ditadura militar e pelo arrocho salarial causado pela inflação, possibilita que movimentos sociais organizados reivindiquem e conquistem importantes avanços na Constituição.

Entre as principais conquistas está o direito de livre associação sindical dos servidores públicos, garantido no artigo 37 da Carta.

Até então, o magistério de Curitiba e os demais funcionários públicos eram impedidos de se organizar em sindicatos e utilizavam as entidades de caráter associativo ou cultural para dar vazão as suas reivindicações.

A Constituição é promulgada no dia 5 de outubro e logo depois, entre os dias 13 e 15 do mesmo mês, o magistério realiza o Primeiro Congresso Bianual dos Professores Municipais de Curitiba para debater a transformação da associação em sindicato. Junto com a discussão, os professores analisam também o tipo de sindicato que deveria ser criado: sindicato único do funcionalismo municipal de Curitiba, sindicato dos trabalhadores em educação ou um sindicato do magistério municipal.

A decisão é tomada pela categoria em assembleia realizada no dia 25 de outubro. Apesar de parte dos professores entender que a criação de um sindicato único fortaleceria a luta comum do conjunto dos servidores municipais, vence a proposta de que o sindicato represente apenas o magistério municipal, nos moldes da AMMC.

O SISMMAC é fundado em assembleia no dia 27 de outubro, quando também é aprovado o estatuto provisório da entidade. Os bens da Associação são repassados ao Sindicato e a AMMC é extinta oficialmente em assembleia, no dia 31 de maio de 1989.

Greve de 1989: Em união com o conjunto dos servidores, greve termina com vitória

A primeira campanha salarial unificada do funcionalismo municipal acontece em 1989. Desde o início do ano, os dois sindicatos que representam os servidores públicos buscam junto à administração a definição de uma política salarial mais justa. Os reajustes salariais sempre abaixo da inflação impunham uma defasagem tão grande que tornava a situação insustentável.

Os servidores reivindicam reajuste de 75,58% para cobrir as perdas geradas pela inflação e pela adoção do Plano Verão, implementado em janeiro de 1989. Também reivindicam uma política de correção mensal dos salários como forma de proteger o poder aquisitivo dos servidores diante das altas taxas de inflação.

Frente à indisposição de negociar avanços do então prefeito Jaime Lerner, os servidores cruzam os braços e iniciam a greve a partir do dia 26 de setembro. O magistério municipal se une ao movimento grevista cinco dias depois do início da paralisação dos demais servidores, fortalecendo a adesão e a capacidade de reivindicar avanços do conjunto do funcionalismo municipal.

Jornal do SISMMAC de outubro de 1989 comemora as conquistas da greve


SISMMAC

A GREVE .. I CONGRESSO

Vitórias do magistério e da unidade dos servidores

Depois de três dias de greve unificada, o prefeito cede e aceita negociar com os servidores. Lerner propõe 55% de reajuste salarial a partir do dia 1° de outubro e mais 5,85% em novembro. Também se compromete a adotar uma política salarial de correção mensal dos salários de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor (IPC).

A greve é encerrada com a avaliação de que o movimento foi vitorioso tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista político, pela experiência de união e de luta unificada construída pelo conjunto dos servidores públicos municipais de Curitiba.

1° Congresso do SISMMAC: filiação à Central Única dos Trabalhadores

Logo após a greve, o SISMMAC realiza seu primeiro Congresso para definir os princípios e método de ação da entidade. O encontro é realizado entre os dias 5 e 7 de outubro de 1989 e, além de debater o plano de lutas, aprova também a filiação do SISMMAC à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Movidos pela experiência da greve, quando a união com servidores de outras categorias impulsiona a luta por direitos, os profissionais do magistério decidem que é hora de seu sindicato contribuir ativamente

Congresso de 1989 aprova o plano de lutas do SISMMAC e a filiação à Central Única dos Trabalhadores



na organização do conjunto da classe trabalhadora.

A CUT havia sido criada no dia 28 de agosto de 1983, durante o primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), que contou com a participação de mais de cinco mil delegados. Desde 1984, representantes do magistério participam dos congressos estaduais e nacionais da Central e, em 1986, os professores aprovam em assembleia a filiação da AMMC à CUT.

Entretanto, com a fundação do SISMMAC como uma nova entidade é necessário que a filiação seja aprovada novamente. A categoria decide não encaminhar essa decisão automaticamente e realiza um processo de discussão entre maio e outubro de 1989. O debate é finalizado no primeiro Congresso, quando a proposta de filiação do SISMMAC à CUT é aprovada pela maioria das professoras e professores presentes.

90 anos

As lutas do magistério na década de 1990

No cenário nacional, a década de 1990 foi marcada pelo arrocho salarial, inflação e confisco da poupança dos trabalhadores. Em Curitiba, a situação não foi diferente. Os servidores municipais sofreram com porcentagens altíssimas de defasagem salarial e também com a política autoritária e intransigente da administração Jaime Lerner (1989 – 1992).

Em 1990, a Prefeitura não estava disposta a negociar com os servidores. No início do ano, uma das principais reivindicações do magistério e da classe trabalhadora como um todo era o reajuste semanal dos salários, usando como base o índice oficial da inflação, conhecido como Bônus do Tesouro Nacional (BTN-fiscal), além da reposição das perdas acumuladas.

O magistério também reivindicava piso salarial de dois salários mínimos, ganho real de 50%, definição de política salarial, discussão do plano de carreira e acordo sobre o Regime Jurídico Único. As professoras e professores da rede tentavam negociar com a gestão Jaime Lerner desde novembro de 1989, entretanto, a administração municipal não mostrava sinais de querer negociar com o magistério.

O ato público realizado pelos servidores em frente à Prefeitura no dia 2 de fevereiro de 1990 foi o anúncio do que estava por vir. Cansado de esperar, o magistério se reuniu em assembleia no dia 9 de março para deflagrar greve da categoria. A paralisação, realizada devido à ausência de uma política salarial que valorizasse o servidor e falta de diálogo por parte da administração, foi até o dia 15 de março de 1990.

A greve do magistério em conjunto com os demais servidores do município sofreu forte repressão do governo Jaime Lerner, com a prisão de 10 servidores e dirigentes sindicais. Os trabalhadores tiveram desconto na folha de pagamento e a falta foi registrada na ficha funcional.

Mas a greve também obteve conquistas para o magistério. Em abril de 1990, os trabalhadores conquistaram 12% de reajuste no piso salarial, 5% entre níveis e 16% entre classes, recompondo o quadro de carreira reivindicado desde 1988.

Apesar do reajuste e da melhora na carreira, os profissionais do magistério sofriam com o maior arrocho salarial da história até então. Em agosto 1990, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) analisaram, com base no Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e no Índice do Custo de Vida (ICV), que a defasagem salarial dos servidores atingiu cerca de 130% em relação ao salário recebido em janeiro do mesmo ano.

Com isso, no início da década de 1990, muitos professores se exoneraram do cargo devido aos péssimos salários, a falta de reajuste inflacionário e de perspectiva de melhora.



Assembleia do magistério realizada em 1993 pensa a atuação do Sindicato frente aos ataques da Prefeitura

Perda do Estatuto do Magistério

Em 1991, o *estatuto azul* deixou de ser cumprido pela administração Jaime Lerner. O Estatuto do Magistério foi aprovado em 1985, com muita mobilização da categoria, e previa o pagamento pela maior habilitação.

Mesmo com a pressão do SISMMAC, que força para que o debate seja realizado com o conjunto da categoria, de forma ampla e democrática, em maio de 1991, a Câmara de Vereadores aprova o Plano de Cargos e Remunerações dos servidores públicos, sem a participação e concordância dos trabalhadores.

No lugar do Estatuto do Magistério, foi aprovada a lei 7670/91, que institui o Plano de Carreiras da administração municipal, com perda de direitos e retirada do pagamento pela maior habilitação. Com isso, a Prefeitura impôs a realização de avaliações de desempenho dos professores. O profissional era avaliado por sua produtividade. Estabeleciam-se metas e a sua concretização era avaliada por porcentagem. Atingida a porcentagem mínima estabelecida (85%), o educador tinha direito a 'subir' uma referência na tabela salarial.



Greve de 1991

Além da perda do estatuto do magistério, as professoras e professores da rede também estavam perdendo poder de compra com o passar dos dias. De acordo com pesquisa do Dieese, o salário dos profissionais do magistério em julho de 1991 valia apenas 43,44% do valor que tinha em janeiro de 1990.

Por isso, em 6 de novembro de 1991, cansados de esperar pela Prefeitura, os professores da rede fazem greve. Cerca de 800 trabalhadores que participaram da paralisação sofreram represálias e não receberam a parcela do 13º salário.

Greve de 1994: educação, salário e respeito

Sem nenhum avanço no que diz respeito a valorização profissional, o magistério realiza um ato no dia 23 de março de 1994 exigindo educação, salário e respeito por parte da administração municipal de Rafael Greca.

O prefeito recebe a mobilização dos professores, mas as negociações avançam pouco. De março a agosto não há qualquer melhora na proposta de reajuste salarial, que até então era de 11,03%, valor que em nada mudava a condição precária dos professores da cidade. O magistério municipal entra em greve no dia 30 de agosto, reivindicando aumento salarial para melhoria das condições de vida. A paralisação dura quatro dias e vai até 2 de setembro.

Greve de 1996

Em 1996, o magistério lutava contra a política salarial e o sucateamento do serviço público, promovidos pela administração Greca, que arrochava os salários e piorava as condições de trabalho nas escolas.

No cenário nacional a discussão mais latente girava em torno das reformas administrativa e da previdência. O magistério de Curitiba participou de marchas promovidas pela Central Única dos Trabalhadores em Brasília e também das manifestações que aconteceram na cidade.

Em março de 1996, SISMMAC e SISMUC elaboraram uma Pauta de Reivindicações unificada que exigia 50% de reposição salarial, alimentação para todos nos locais de trabalho e vale transporte gratuito.

Porém, mesmo com o aumento da arrecadação da Prefeitura, o resultado das negociações com Greca foi negativo. A administração apresentou índice de reajuste de 10%, sendo 5% em abril e 5% em julho, quando a inflação dos últimos 12 meses havia somado 23,16%.

Devido ao não atendimento das reivindicações, no dia 23 de abril, os servidores municipais paralisaram as atividades. **Para combater o movimento, a PMC cassou a liberação sindical das**



direções dos dois sindicatos representantes dos servidores do município e reteve ilegalmente os salários do mês de abril dos dirigentes sindicais.

Em 15 de maio de 1996, os servidores municipais vão mais uma vez para frente da Prefeitura manifestar insatisfação em relação à intransigência da administração.

Além de extrapolar a lei da data-base, conquistada um ano antes, Greca também desrespeita acordo firmado em mesa de negociação. A Câmara havia aprovado aposentadoria proporcional, mecanismo que garantia ao servidor se aposentar antes de completar a idade mínima exigida em lei, com redução dos proventos, mas o prefeito veta o projeto que regulamentava contagem do tempo de serviço para aposentadoria proporcional.

LDB

Em dezembro 1996 é aprovado o último texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ao todo, foram seis anos de debates, com participação das entidades ligadas à defesa da educação pública e gratuita, que se mobilizaram contra o substitutivo do ex senador Darci Ribeiro, que omitia os princípios que garantem uma educação pública, gratuita e de qualidade. Entretanto, o substitutivo foi aprovado.

Retirada das faltas da ficha funcional

Também em dezembro de 1996 é publicada a lei municipal 8995/96 como resultado do conjunto de mobilizações dos professores ao longo do ano. Com ela, foram revogadas as faltas relacionadas às greves desde 1990. Assim, os professores punidos puderam reaver direitos perdidos.

Destituição da diretoria do SISMMAC



A chapa de oposição *SOS Educação* foi eleita para a direção do SISMMAC no dia 15 de abril de 1992. A disputa se deu com a chapa Compromisso, próxima do grupo que fez parte da primeira diretoria do Sindicato.

O cenário não era favorável para os servidores municipais. De 1990 a 1992, na administração de Jaime Lerner, o magistério municipal amargava perdas salariais que chegavam a 287,93%, segundo informações da época do Dieese.

Essa situação, que agravava as condições de vida dos trabalhadores, fez com que, nos dias 14 e 15 de setembro de 1992, as professoras e professores da rede paralisassem suas atividades para que a Prefeitura abrisse diálogo para negociação. Nessa época, o SISMMAC contava com cerca de 2070 sindicalizados.

A gestão *SOS Educação* foi contra a deflagração da greve, mas a categoria incorporou a mobilização que já estava sendo realizada pelos demais servidores municipais. O movimento se encerrou com a promessa de que as perdas seriam zeradas, até o final de 1992, e da manutenção da reposição salarial em 26%.

A *SOS Educação* foi acusada pelo grupo que compôs a diretoria anterior do SISMMAC de não cumprir pontos do estatuto, negligenciar deliberações aprovadas em assembleia da categoria e não fomentar a greve dos trabalhadores.

A oposição também alegou que a gestão *SOS Educação* concedeu apoio aberto, publicado no jornal Gazeta do Povo, à candidatura de Rafael Greca para Prefeitura. E, posteriormente, em 1993, já na administração de Greca, membros da diretoria teriam assumido cargos de confiança na Secretaria Municipal de Educação.

Em 1993, a gestão de Greca acaba com a gratificação de 50% referente à hora-extra dos professores e institui o Regime Integral de Trabalho (RIT).

A gestão *SOS Educação* argumentava que a direção anterior usava a máquina sindical para interesses partidários e que a sede do sindicato e a base ficavam desassistidos por parte da diretoria. Além disso, a *SOS Educação* alegava que as acusações eram levianas e afirmavam que a diretoria anterior não estava interessada nas necessidades dos professores. Durante a gestão *SOS Educação* houve troca de sede e o jornal do SISMMAC foi reativado.

Entretanto, o Conselho de Representantes de março de 1993 decidiu pelo afastamento da diretoria *SOS Educação*. A gestão ainda chegou a acusar a oposição de estar tomando a direção do Sindicato à revelia da categoria, mas uma assembleia referendou a decisão do CR.

Em maio de 1993, uma comissão de representantes que constituía o Sistema Diretivo do SISMMAC envia declaração de perda de mandato da gestão *SOS Educação*, informando a categoria. Em junho, toma posse a Junta Governativa e o Conselho Fiscal provisórios do Sindicato. As eleições são convocadas para 2 de setembro de 1993 e, sem disputa, a chapa *Caminhos – A conquista da união* é eleita para a direção do SISMMAC.

Organização do magistério

Ao longo da década de 1990, a direção do SISMMAC organiza os congressos da categoria, que inicialmente acontecem com uma periodicidade irregular e depois passam a ocorrer a cada três anos, sempre no primeiro ano da gestão.

Em 1991, acontece o II Congresso do SISMMAC. Entre as principais discussões do evento está o caráter que a entidade deveria assumir: sindicato de professores, sindicato de profissionais da educação ou sindicato único de servidores municipais?

Apenas um ano depois, em dezembro de 1992, é realizado o III Congresso do SISMMAC. E dois anos depois, em agosto de 1994, é realizado o IV Congresso, que discutiu a conjuntura nacional e as eleições que aconteceriam naquele ano. Além disso, nessa data, os congressistas também debateram questões de ordens variadas, que iam desde a organização e mobilização do magistério até o caráter da escola pública e a realidade do ensino municipal.



III Congresso do SISMMAC é realizado em dezembro de 1992

Em 1997, é realizado o V Congresso do SISMMAC, com o tema Globalização e Educação.

O trabalho sindical tinha como orientação os encaminhamentos tirados em espaços como os congressos e as assembleias da categoria. Foi em uma dessas assembleias que, em 1996, o desconto sindical passa de 0,7% para 0,9%.

CUT


MANIFESTAÇAO LEVA MAIS DE 50 MIL TRABALHADORES À BRASÍLIA

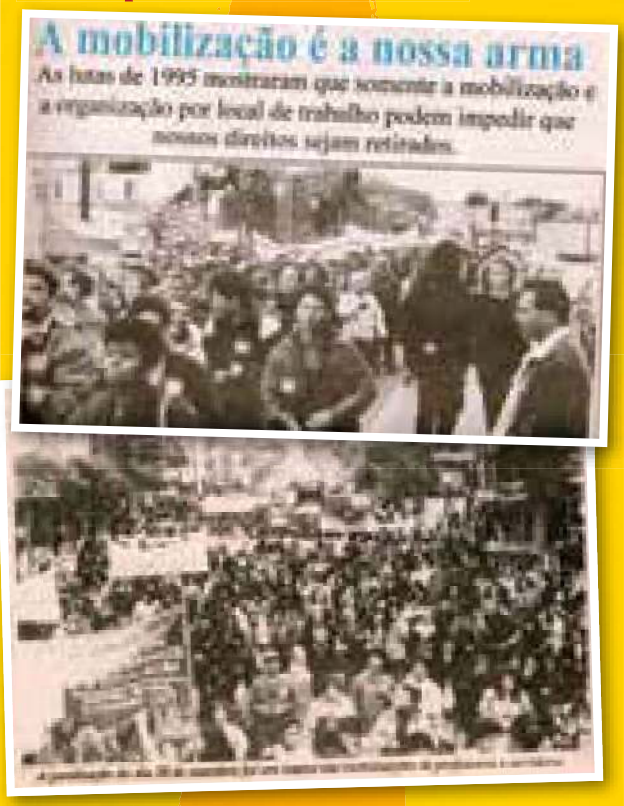
1991 foi o ano em que três membros do magistério foram eleitos para a direção estadual da Central Única dos Trabalhadores (CUT), durante Congresso da entidade. A participação de membros da diretoria do SISMMAC e até mesmo alguns representantes da base nos congressos municipais, estaduais e nacionais da CUT bem como espaços da Central para discutir temas de interesse dos trabalhadores permeia toda a década de 1990.

Seguindo a linha da Central Única dos Trabalhadores, no dia 17 de abril de 1997, o SISMMAC e representantes da base dos professores estiveram presentes, junto com mais 50 mil trabalhadores, no ato contra as reformas da previdência e administrativa do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Nesse mesmo dia, teve a atividade intitulada 'Escola na Rua', na Boca Maldita, pedindo o apoio da população às reivindicações do magistério.

No dia 26 de agosto de 1999, 100 mil pessoas se manifestam na Marcha em Brasília. São diversos setores do setor público e privado que, dirigidos pela CUT, vão à capital federal reivindicar direitos de toda ordem.

A conquista da data-base



Desde o início da década de 1990, o magistério municipal lutava pela instituição da data-base, um prazo limite para as negociações com a Prefeitura. Em 1990, a reivindicação dos trabalhadores era de que a data-base fosse no dia 1º de maio, data histórica da luta dos trabalhadores de todo o mundo.

No dia 19 de maio de 1995, os professores da rede fizeram um ato na Boca Maldita para que o prefeito Rafael Greca desse abertura às negociações e recebesse o Sindicato para discutir a Pauta de Reivindicações, entregue em março de 1995. Nesse dia, muitas escolas paralisaram as atividades durante a tarde.

Em 1995, a proposta dos servidores municipais era instituir a data-base no dia 31 de março. Para isso, no dia 27 de junho, as direções do SISMMAC e do SISMUC realizaram uma manifestação na Câmara Municipal de Vereadores pela aprovação da lei da data-base.

A grande manifestação do ano ocorreu no dia 20 de setembro, quando seis mil servidores paralisaram suas atividades e fizeram uma passeata na Praça Santos Andrade.

As mobilizações de 1995 garantiram a aprovação da Lei Municipal nº 8680, aprovada em 1995, que garantia a data-base dos trabalhadores do município e obrigava a Prefeitura a abrir negociações anuais.

Além de garantir a data-base, os trabalhadores também conseguiram obter a manutenção da aposentadoria especial.

A luta por um Plano de Carreira, Cargos e Salários

No início de 1991, a administração municipal começou a discutir o Plano de Carreira do magistério. O SISMMAC fez pressão para que o debate fosse realizado com o conjunto da categoria, de forma ampla e democrática.

As principais reivindicações em relação ao estatuto do magistério era pagamento por habilitação, valorizando a formação do profissional do magistério, promoção por merecimento, contra a avaliação direta, e manutenção dos 65 dias de férias, que a administração municipal da época queria reduzir para 30 dias.

Mesmo com o esforço da direção do Sindicato, em maio do mesmo ano, a Câmara de Vereadores aprova o Plano de Cargos e Remunerações dos servidores públicos sem a participação e aprovação dos trabalhadores.

Ao longo das gestões Lerner, Greca e Taniguchi, o magistério acumulou perda de direitos e achatamento dos salários. Entre as perdas mais sentidas pelos servidores estão as relacionadas ao Plano de Carreira dos professores.

Com o fim do *estatuto azul*, os profissionais do magistério ficaram desassistidos de um Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) que atendesse as reivindicações do conjunto da categoria. Em 1991, a gestão de Jaime Lerner acaba com o pagamento por maior habilitação, o que se tornará uma pauta importante durante a década de 1990.

Em 1994, a gestão de Rafael Greca (1993 – 1996) achatou ainda mais o salário dos professores e criou o abono salarial, o que não representava um ganho incorporado permanentemente aos salários.

No primeiro ano da gestão Cássio Taniguchi (1997–2000), o então prefeito acaba com o crescimento horizontal e os profissionais do magistério amargam a perda da progressão.

Em 1997, a avaliação por desempenho foi abandonada. Ou seja, desde então os professores





não tiveram avanço nenhum em suas carreiras. Houve reposição salarial como consequência das mobilizações dos profissionais da rede, mas os reajustes ficaram bem abaixo dos índices de inflação medidos pelo Dieese.

Para combater a política de perda de direitos, professoras e professores lutaram sem descanso pela implantação do Plano de Carreira do magistério. Em fevereiro de 1998, a categoria tinha como reivindicação a constituição de uma comissão paritária entre SISMMAC e Prefeitura para a elaboração de um Plano de Carreira. Entretanto, com a negativa da PMC, os professores da rede decidiram construir um projeto de PCCS e apresentá-lo ao município.

O Plano de Carreira construído pelo conjunto da categoria ficou pronto em 18 de junho de 1998. Foram realizadas reuniões e seminários para que a proposta atendesse, de fato, os anseios das professoras e professores da rede.

No final de junho de 1998, o magistério entregou a proposta ao secretário municipal de Educação, Paulo Afonso Schmidt. A Secretaria Municipal da Educação se comprometeu a dar uma resposta aos professores até o final do ano, mas não cumpriu a promessa.

Em 1999, o PCCS compôs, mais uma vez, a Pauta de Reivindicações do magistério. Dessa vez, sendo uma proposta construída integralmente pela categoria. Porém, diante de mais uma negativa da administração municipal, a direção do SISMMAC exigiu uma contraproposta. A Prefeitura garantiu apresentar um Plano de Carreira ao magistério até o final da gestão Taniguchi.

Em dezembro de 1999, com um atraso de 16 meses, a Prefeitura concorda em iniciar o processo de discussão em torno do PCCS. As ações do magistério começam a se intensificar no início dos anos 2000. É nessa década que a categoria conquista, por meio das paralisações, a negociação do PCCS.

Desmonte do IPMC e criação do ICS

O antigo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município (IPMC) era o instituto de previdência e saúde dos servidores municipais de Curitiba. Em 1997, tornou-se pública uma dívida de R$ 23 milhões deixada pela gestão de Rafael Greca. Desde então, SISMMAC e SISMUC reivindicam auditoria do Instituto.

Em 1998, a Pauta de Reivindicações do magistério exigia a ampliação do atendimento dos serviços médicos prestado pelo IPMC, como forma de defender o Instituto. Mesmo assim, a Prefeitura já dava indícios de querer acabar com os serviços prestados aos trabalhadores.

Com o objetivo de frear a movimentação da administração municipal, no dia 30 de setembro de 1998, dois mil servidores fazem um ato em defesa do IPMC. Nesse dia, os servidores realizam uma assembleia em frente à Prefeitura e decretam estado de greve. O movimento reivindicava abertura de auditoria fiscal do IPMC, além da adoção do Plano de Carreira elaborado pelo magistério e cumprimento da lei da data-base.

A manifestação surtiu efeito e, naquele ano, não houve aumento dos descontos relacionados à saúde e a previdência nem aplicação de multa por falta ou atrasos.

Entretanto, no dia 8 de março de 1999, chega a Câmara de Vereadores o projeto de privatização do IPMC. Mais uma vez, as reivindicações da Campanha de Lutas do magistério perpassam por mais investimentos para o Instituto. O magistério solicitava a ampliação de atendimento dos serviços médicos, odontológicos e outros, prestados na sede do IPMC, abertura de concurso público para suprir a necessidade de profissionais e pagamento imediato dos débitos pendentes da Prefeitura.

Mas, em julho de 1999, na gestão de Cássio Taniguchi, a lei municipal 9626/99, que marca a cisão do IPMC entre saúde e previdência, é publicada. Dessa forma, o Instituto Curitiba Saúde é criado, com perso-



nalidade jurídica de direito privado. O IPMC, que era Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Curitiba, passa a ser Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Curitiba.

Em princípio, o magistério se colocou contra o ICS, pois os anúncios feitos pela administração municipal já mostravam claramente que o Instituto representava menos recursos para a saúde. Enquanto o IPMC era responsável pela saúde, este setor recebia R$ 31 milhões, o ICS receberia apenas R$ 13 milhões. Além disso, os sindicatos temiam o aumento da contribuição cobrada dos servidores.

A luta pela melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo Instituto Curitiba de Saúde e a reivindicação de paridade nos conselhos Administrativo e Fiscal do IPMC e do ICS continuam na década de 2000.

Descentralização de recursos

Em 1998, foi implantado o programa de descentralização de recursos. Para o SISMMAC, a medida falseava a autonomia da escola e transformava o diretor num patrão em detrimento da questão pedagógica. O Sindicato tentou revogar o programa juridicamente, mas não teve sucesso.

Implantação dos Ciclos de Aprendizagem



A 'Escola na Rua', realizada na rua XV de Novembro, era uma forma dos professores explicarem a necessidade das reivindicações do magistério para a população

Em 1999, a Secretaria Municipal de Educação impôs a implantação da organização do tempo da escola por Ciclos de Aprendizagem. As escolas tiveram apenas 16 dias, entre abril e maio, para definir se iriam aderir aos Ciclos ou não. Sob muita pressão, a maioria absoluta das escolas aceitou implantar o método mesmo sem saber exatamente o que isso significava.

O modelo de ensino em Ciclos de Aprendizagem trouxe impactos no trabalho cotidiano nas escolas e forçou mudanças na forma de avaliação, na metodologia de ensino e no acompanhamento da aprendizagem. Na época, para acompanhar essas mudanças, os profissionais das escolas solicitaram materiais e aumento do número de professores, principalmente corregentes, mas essas reivindicações não foram atendidas pela administração.

Em 2002, a SME realiza um redimensionamento de pessoal, que ocasiona a redução de professores e pedagogos nas escolas. Não foram garantidas as condições de trabalho, sobrecarregando os profissionais.

Para a direção do SISMMAC, a consequência dessa medida para os alunos é uma profunda queda no nível de ensino, com esvaziamento do currículo escolar, perda do referencial de qualidade, desestímulo generalizado de estudantes e professores, além do aumento dramático nos casos de indisciplina.

anos 2000

A luta pelo Plano de Carreira continua nos anos 2000

A Campanha de Lutas do ano 2000 teve como ponto central o Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) do magistério. Desde julho de 1998, as professoras e professores da rede eram enrolados pela Prefeitura, que não abria negociação sobre o tema.

A proposta de Plano de Carreira do magistério reivindicava valorização das diversas habilitações, prevendo pagamento para cinco níveis de formação, incluindo as profissionais que tinham formação no magistério.

Já a administração municipal propunha apenas três níveis na tabela: superior, pós-graduação e mestrado ou doutorado, oferecendo o mesmo salário para os profissionais com magistério e com ensino superior. Para a categoria, isso mostrava clara desvalorização pela formação do professor.

No dia 14 de abril de 2000, acontece uma





paralisação parcial da categoria em defesa do PCCS do magistério. Mil professores realizam um ato em frente à Prefeitura e cobram uma resposta formal da administração em relação à Pauta de Reivindicações.

Mesmo diante da mobilização do magistério, o prefeito Cássio Taniguchi se mantém irredutível.

No dia 25 de maio, os servidores realizam uma nova paralisação pelo PCCS. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, em face das eleições, o município teria até o dia 30 de junho para aprovar o Plano de Carreira.

Em 1º de junho de 2000, uma assembleia do magistério decide transformar o PCCS elaborado pela categoria em um Projeto de Iniciativa Popular. A meta é envolver a comunidade na discussão e coletar 55 mil assinaturas para que o Projeto possa seguir a tramitação na Câmara Municipal. A mobilização dos profissionais da rede junto à população consegue reunir 22 mil assinaturas.

Sem nenhum avanço em 2000, a Campanha de Lutas do ano seguinte continua tendo o Plano de Carreira como Pauta Prioritária.

Em 11 de abril de 2001, a direção do SISMMAC defende o projeto do PCCS do magistério na Tribuna Livre da Câmara dos Vereadores. Em algumas escolas, teve paralisação a partir das 15h para acompanhar a atividade realizada pelo Sindicato. Outro evento promovido pelo SISMMAC foi mais uma edição do 'Escola na Rua', na rua XV de Novembro, onde os professores explicavam a necessidade das reivindicações para a população.

Apesar da tentativa da direção do SISMMAC de convencer os vereadores a respeito da Pauta do magistério, é a ação direta da categoria, nos dias 8 e 11 de junho de 2001, que pressionou a Prefeitura a negociar um Plano de Carreira com os professores da rede. As paralisações nesses dois dias de junho evidenciaram a insatisfação do magistério e a união da categoria por um PCCS que atendesse as reivindicações de quem há anos não tinha nenhum avanço na carreira. Para o magistério, a conquista do PCCS supera uma década inteira de perdas.

Após a negociação, na qual nem o Plano de Carreira do magistério foi atendido em sua integralidade e nem a proposta da Prefeitura foi aceita por inteiro, em fevereiro de 2001, a lei aprovada, apesar de seus problemas, garantia importantes conquistas aos servidores da educação. A lei municipal 10.190/01, que instituiu o Plano de Carreira para o magistério, estabelecia diferenciação salarial entre professores com formação no magistério e no ensino superior, enquadramento dos professores com graduação em licenciatura curta, garantia de transferência dos professores com ensino superior da parte especial para a parte permanente, crescimentos horizontal e vertical, ampliação do prazo previsto para que todos os professores da parte especial pudessem concluir seus cursos de graduação para 10 anos (antes o prazo era 2007 e posteriormente o prazo foi prolongado indefinidamente), anistia as faltas dos professores que participaram de paralisações do período entre 1997 e 2000, entre outras.

Reivindicações que ficaram de fora

Ao longo dos anos 2000, o magistério continuou lutando pela revisão do PCCS. A categoria reivindicava o pagamento pela maior habilitação, crescimento horizontal sem limites de vagas e piso salarial único para as docências I e II.

Prefeitura tenta barrar direitos dos professores conquistados com o PCCS

Depois da aprovação da lei que instituía o PCCS, em agosto de 2001, a Prefeitura realiza um concurso para reenquadramento considerado discriminatório pelo SISMMAC, pois eliminava vários profissionais do processo. Além disso, em setembro do mesmo ano, a administração municipal tenta barrar o maior número de professores que se beneficiariam com o Plano de Carreira criando filtros que atingiam quase todos.

A PMC criou decretos que vinculavam assiduidade do professor, licença de saúde, nojo e gala ao pagamento dos benefícios conquistados pelo PCCS. O SISMMAC reivindicou a reformulação dos decretos antes da implementação da lei.

Em julho de 2002, os professores conquistam a retirada do decreto que atrelava a assiduidade e as licenças ao recebimento das melhorias do PCCS.

Mesmo com a implantação do PCCS, o magistério encontrou diversas dificuldades e o SISMMAC impetrou ações para garantir o direito dos professores ao crescimento horizontal, vertical e à mudança de área.

O SISMMAC, o magistério municipal e os acontecimentos do início da década

Para se eleger, o prefeito Cássio Taniguchi prometeu um reajuste de 10% ao funcionalismo público municipal durante a campanha eleitoral do ano 2000, a porcentagem garantia a reposição da inflação do período de 1993 a 1996. Para pensar a atuação do Sindicato frente aos ataques da Prefeitura e também balizar a luta nacionalmente, é realizado o VI Congresso do SISMMAC, entre os dias 31 de agosto e 2 de setembro, que teve como tema a "Reorganização da luta dos trabalhadores frente ao neoliberalismo".



Reeleito, Taniguchi não cumpriu a promessa e, em 2001, ofereceu apenas 4,38% de reajuste, muito aquém dos 23,31% de reajuste e reposição das perdas históricas que magistério reivindicava.

Na Campanha de Lutas de 2002, mais uma vez, os servidores cobram os 10% prometidos. Entretanto, a Prefeitura insiste no arrocho do salário dos professores e oferece apenas 7,13% de reajuste, parcelado em duas vezes.

Em 2003, a categoria reivindicava 10% de ganho real e zeramento da inflação, calculada em 17%. Taniguchi propõe 3% de reajuste em julho e mais 3% de reajuste em dezembro, descumprindo a lei 8680/95 que manda zerar as perdas salariais dos últimos 12 meses.

Depois de três anos de descumprimento da lei da data-base e sem o cumprimento da promessa dos 10% de aumento real, o magistério decide pelo estado de greve durante o VII Congresso do SISMMAC, realizado entre os dias 26 e 28 de junho de 2003. Para os profissionais da rede, os 6% parcelados representavam apenas o desrespeito da administração municipal para com a categoria. Entretanto, a gestão de Cássio Taniguchi não cedeu.

Em relação à luta pela gratificação de difícil provimento, as negociações entre direção do SISMMAC e administração municipal ao longo de 2003 resultaram na conquista desse direito que há muito tempo vinha sendo pleiteado pelos professores. O decreto que garantiu este direito foi publicado no Diário Oficial da União do dia 18 de novembro de 2003. Assim, professores que trabalham em escolas distantes e de difícil acesso, contempladas em decreto, passam a ter a gratificação de difícil provimento.

No dia 4 de maio de 2004, ainda sem o cumprimento da promessa, SISMMAC e SISMUC realizam um ato reivindicando aumento real em frente à Prefeitura. Segundo o Dieese, as perdas salariais da categoria chegavam a 30%.

No dia 19 de maio, SISMMAC e SISMUC visitam os gabinetes dos vereadores para entregar carta feita pelos dois sindicatos que trata do arrocho salarial, remuneração dos servidores e do descumprimento da lei da data-base.

A Câmara dos Vereadores aprova reajuste de 7,12%, com pagamento de 4% em julho e 3% em dezembro.

Reforma da Previdência de 2003

Em 2003, a classe trabalhadora lutou contra a retirada de direitos imposta pelo governo Lula por meio da Reforma da Previdência. Em Brasília, no dia 11 de





julho de 2003, 30 mil trabalhadores se reuniram em ato contra a aprovação da Reforma. O SISMMAC participou desse evento que reuniu inúmeras categorias de todos os cantos do país.

Porém, enquanto os servidores públicos federais e grande parte dos estaduais haviam paralisado suas atividades diante da intransigência do governo quanto a pontos centrais da Reforma, o SISMMAC lutava por uma reforma que assegurasse direitos aos profissionais da educação.

Aprovada em 31 de dezembro de 2003, a Emenda Constitucional 41/2003 mexe com a vida e as aposentadorias dos servidores públicos de todo o país.

Os servidores que se aposentaram por idade, compulsoriamente, pela regra de transição a partir de 1º de janeiro de 2004 ou que ingressaram no serviço público a partir esta data têm a aposentadoria calculada pela média aritmética das 80% maiores remunerações. O benefício também não pode ter valor superior ao último salário. E mesmo os servidores que ingressaram antes desta data, mas no momento da aposentadoria não tinham 20 anos de serviço público, 10 na carreira e cinco no cargo seguem essa regra.

Ou seja, se antes a base de cálculo para os proventos de aposentadoria era a última remuneração, após a Reforma, o cálculo inicial se faz levando em conta a média dos 80% maiores salários de contribuição. Isso faz com que o servidor, quando se aposenta, passe a receber menos do que recebia nos últimos anos da ativa, pois geralmente, a última remuneração tende a ser maior.

Outra perda foi a quebra da paridade e isonomia. Antes da Reforma, os aposentados tinham direito ao mesmo percentual de reajustes que os servidores da ativa. Agora, os que se aposentam sob a EC 41/2003, têm reajustes necessários apenas a preservar o valor real, o que faz com que os proventos de aposentadoria se tornem cada vez mais defasados.

Além disso, a EC 41/2013 ratificou a EC 20/98, que estabeleceu um teto para o valor das aposentadorias. Em 2003, esse teto foi estabelecido em R$ 2.400,00 e é reajustado anualmente pelos mesmos índices aplicados pelo INSS, atualmente em R$ 4.159,00. A Emenda também passou a descontar parte dos proventos dos aposentados a título de contribuição previdenciária.

CNTE

Em 2004, o SISMMAC filia-se à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) seguindo a deliberação do VII Congresso do Sindicato, realizado em 2003. A decisão foi tomada com a intenção de unificar a luta dos trabalhadores em educação dos diferentes cantos do Brasil e fortalecer a união por uma educação pública e gratuita de qualidade para todos.

Nos próximos anos, o SISMMAC envia representantes aos congressos da CNTE e também trava debates levantados pela Confederação com os profissionais da rede municipal de Curitiba.

Como é o caso da Lei do Piso 11.738, aprovada em 16 de julho de 2008. A Lei estabeleceu o piso salarial profissional nacional de R$ 950,00 para os profissionais do magistério com formação mínima no ensino médio, para jornada de até 40h semanais. Em Curitiba, o salário inicial dos profissionais do magistério já superava o valor instituído pela Lei, entretanto, havia um esforço da direção do SISMMAC para que os professores se apropriassem da realidade de outros locais e também lutassem pela implementação do piso salarial profissional nacionalmente.

O Parlamento

Constantemente presente nos anos 1990, a disputa das eleições municipais e nacionais não ficou de fora das páginas do jornal do SISMMAC nos anos 2000.

No ano 2000, a candidatura de Vanhoni a Prefeitura ganhou destaque na publicação, com a apresentação das propostas do candidato em relação à educação.

Em 2002, a vitória de Luís Inácio Lula da Silva para presidência do Brasil foi alardeada como uma vitória dos trabalhadores de todo o país em diversos periódicos sindicais. Com o SISMMAC não foi diferente. O discurso, que antes atacava constantemente o governo federal e as políticas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso, também mudou. E no cenário nacional, semelhante a vários outros sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores, com militantes que construíram o Partido dos Trabalhadores e o movimento da classe trabalhadora como um todo, a direção do SISMMAC também viveu seu momento de refluxo, em que não fazia a crítica direta ao governo Lula.

Em 2004, a então presidente do SISMMAC, professora Josete Dubiaski, licencia-se da direção do Sindicato para concorrer às eleições municipais como vereadora. Após vencer a disputa, Josete ganha as páginas do jornal do SISMMAC e concede uma entrevista sobre o seu plano de ação na Câmara do Vereadores. Essas entrevistas se tornam constantes.

O mandato da vereadora é apontado pela direção do SISMMAC como um mandato coletivo do magistério e uma vitória da categoria.

A partir da eleição de Josete, em quase todas as edições do periódico do SISMMAC, a parlamentar faz denúncias, apresenta suas disputas na Câmara e comenta os demais assuntos.

Paralisação de 2005



Em 2005, já sob o governo de Beto Richa, o magistério municipal exige mudanças na forma como a negociação é conduzida, respeitando a lei da data-base e com o estabelecimento de um calendário de reuniões. Apesar disso, as negociações foram iniciadas em 1º de abril, depois do encerramento da data-base.

Para as professoras e professores da rede, a questão salarial era a mais preocupante, as perdas chegavam a quase 30%. De acordo com o índice do INPC, a taxa de inflação de março de 2004 a fevereiro de 2005 atingiu 5,91%. Este era o índice que devia ser reposto imediatamente. Porém, havia perdas acumuladas dos anos anteriores que precisavam ser repostas. De 1993 a 1996 o magistério acumulou perdas de 10%. Na data-base de 2003, novo prejuízo de 10,91%. O índice das perdas da categoria chegava a 29,21% em 2005. Segundo o Dieese, a Prefeitura poderia arcar com 23% sem comprometer o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Apesar disso, em maio de 2005, a administração municipal propõe 5,98% de reajuste, parcelado em duas vezes.

No dia 13 de maio, seis mil servidores municipais, incluindo o magistério, fazem uma paralisação. Os trabalhadores foram às ruas manifestar repúdio à desvalorização e reivindicar a reabertura das negociações. De acordo com levantamento feito pela direção do SISMMAC e apresentado no jornal do Sindicato, os professores de Curitiba recebiam o pior salário em relação a capitais do sul e do sudeste do país e outras cidades paranaenses.

Após a mobilização dos servidores, a Prefeitura recua e afirma que as negociações serão reabertas em setembro. Antes da reunião, a administração municipal anuncia proposta de reajuste de 6% pago em uma única parcela em julho.

2006: servidores barram implementação do auxílio transporte no cartão qualidade e conquistam fim da prova para crescimento vertical

A Pauta entregue pelo magistério municipal em fevereiro de 2006 reivindicava correção da inflação do último período, estimada em 4,88%, recuperação gradativa das perdas, que perfazem um total aproximado de 18,87%, aumento real de 3% e respeito à data-base, conforme acordo realizado em 2005.

A administração concede 6%, mas desrespeita a data-base da categoria. Além disso, a administração tenta implementar o auxílio transporte no cartão qualidade.



Para barrar a medida, no dia 6 de junho de 2006, o magistério e demais servidores municipais realizam uma paralisação. A mobilização faz com que a Prefeitura recue na posição de implementar o auxílio transporte no cartão qualidade e também amplia o teto para R$ 1500,00 para receber o auxílio.

Outra conquista do magistério em 2006 foi o fim da prova para obtenção do crescimento vertical, praticada desde 2001. Entretanto, a reivindicação da categoria não é atendida integralmente, já que o crescimento não passa a ser automático.

Em consonância com as defesas do magistério, nos dias 23 e 24 de junho é realizado o VIII Congresso do SISMMAC com o tema "A necessária resistência frente às políticas de precarização da educação pública".

Ensino de nove anos

Em 2006, começam a levantar a questão do ensino de nove anos, previsto em lei federal de 2005, que tem como objetivo garantir para a criança um tempo mais longo de convívio escolar. A medida não foi vista com maus olhos pelos professores, mas a categoria em conjunto com o SISMMAC reivindica a atenção da Secretaria Municipal de Educação para esse assunto, a fim de que a SME incentivasse a formação continuada dos profissionais do magistério.

Entretanto, em 2007, sem nenhuma discussão coletiva, a Secretaria implementa o ensino de nove anos com o aumento do número de crianças por turma, redução da jornada de atendimento para os alunos, de integral para parcial, além de não possibilitar adequação curricular de acordo com a faixa etária e desconsiderar as necessidades de espaço físico e de materiais pedagógicos próprios para os alunos transferidos do pré II para ensino fundamental de nove anos.

Greve de 2007

Em 2007, o magistério mantém a pauta de reposição das perdas salariais, que totalizam 25,23%. A Prefeitura apresenta reajuste de apenas 5%.

Diante do cenário, em assembleia realizada no dia 26 de março, a categoria decide pela greve. No dia 10 de abril, quatro mil professores participam de um ato em frente à Prefeitura.

A principal conquista do movimento paredista foi a igualdade entre as docências I e II. Desde 2001, após a implementação do Plano de Carreira do magistério, a categoria reivindicava o pagamento por titulação e não por área de atuação



e muito menos pela idade dos alunos.

A equiparação das docências seria realizada de forma progressiva, sendo: na docência I, três referências em agosto de 2007, três em maio de 2008, duas em 2009 e duas em 2010, e na docência II, uma referência em agosto de 2007 e uma em agosto de 2008.

Além disso, a greve de 2007 garantiu a criação do nível IV, doutorado, no Plano de Carreira, 15% de diferenciação entre níveis no crescimento vertical, calendário dos CMAEs igual ao calendário das demais escolas da rede, projeto de lei que retira a falta da ficha funcional das paralisações de 8 e 11 de junho de 2001 e fim do teto para concessão do auxílio transporte.

Entretanto, em junho de 2007, a Prefeitura altera o projeto apresentado na Câmara. Na proposta aprovada consta que as referências da docência II não devem ser concedidas a todos os profissionais, também não estende o benefício aos aposentados e oferece apenas uma referência para os professores da parte especial, desconsiderando que estes também são da docência I.

30% do orçamento para a educação

A luta pelo investimento imediato de 30% do orçamento municipal para a educação pública não é de hoje. Entretanto, esse movimento iniciado em junho de 2007 estava atrelado aos mandatos dos parlamentares do Partido dos Trabalhadores: vere-

adora professora Josete, deputado estadual Tadeu Veneri e deputado federal Dr. Rosinha.

Em 2007, a educação recebia 25% do orçamento e como ação da campanha pelos 30%, foram realizados abaixo-assinados na rua XV de Novembro, além de ações na Câmara dos Vereadores.

Greve de 2009



O mote da Campanha de Lutas de 2009 é 'Chega de ilusão – Nossa luta é por salário, mobilização é a solução'. Nos materiais do SISMMAC o discurso é de que a crise não pode ser usada como argumento para atacar o direito dos trabalhadores.

As professoras e professores da rede reivindicam reposição da inflação desta e da última data-base de 6,11%, calculado pelo INPC-IBGE, reajuste de 14,61% a fim de recuperar as perdas ocorridas entre 1999 e 2005 e aumento real de 15% acima da inflação, correção do tempo de serviço no Plano de Carreira, pois os professores foram enquadrados por salário e não por tempo de serviço, crescimento vertical automático e crescimento horizontal de três referências e cumprimento do acordo para reenquadramento da docência II.

Além disso, é nessa Campanha de Lutas que se inicia a reivindicação pelos 33,33% de hora-atividade.

Nos dias 10 e 17 de março, os servidores municipais realizam atos públicos na cidade. E, no dia 31 de março, depois de anos acumulando perdas na carreira e sofrendo com a precarização nas condições de trabalho, os profissionais do magistério junto aos demais servidores, totalizando cinco mil pessoas, vão às ruas e deliberam por greve geral a partir do dia 15 de abril.

A greve que durou quatro dias, de 15 a 17 de abril, sofreu com negociações improdutivas. Entretanto, a categoria que estava entusiasmada a lutar foi desestimulada pela maioria da direção do Sindicato, que se apoiava na multa que sofreria caso a greve continuasse.

Após a greve, a administração municipal não abre negociações com os servidores.

Nos dias 29 e 30 de outubro de 2009, acontece o IX Congresso do SISMMAC com o tema "Crise do capitalismo, a conta não pode ser dos trabalhadores". Os congressistas discutiram o Plano Municipal de Educação, a reforma do Estatuto do SISMMAC e o plano de lutas da categoria.

ICS e IPMC: uma luta constante



O início dos anos 2000 foi marcado pela precarização dos serviços de saúde prestados aos trabalhadores do município. A primeira medida do Instituto Curitiba de Saúde é o cancelamento de convênios com médicos, dentistas e laboratórios. Com isso, muitos serviços eram pagos integralmente pelos servidores.

A alteração da lei 9626/99, que transformaria o ICS em autarquia municipal para garantir maior controle e fiscalização das ações do Instituto, submetendo-o a regra de licitação, concurso público e fiscalização pelo Tribunal de Contas, é item presente em todas as Pautas de Reivindicações do magistério.

Os sindicatos também reivindicam a mudança da composição dos Conselhos de Administração e Fiscal do Instituto: tripartite composto por nove membros, sendo três eleitos em processo eleitoral pelos servidores da ativa e três eleitos pelos aposentados, os três membros restantes deverão ser indicados pela administração municipal dentre os servidores do município. Porém, a reivindicação é constantemente negada.

Em 2003, a administração do ICS conta com a presença de representantes dos servidores que, embora minoritária, cumpre o papel de dar transparência à gestão do Instituto. Mas isso não agrada a direção do ICS, que propôs alterar o Estatuto Social, indicando

que a diretoria poderá assumir papel deliberativo, inclusive com autonomia para adotar políticas salariais para os funcionários e para seus próprios membros.

O ato público realizado pelos dois sindicatos em frente ao ICS no dia 10 de setembro de 2003 conseguiu barrar a proposta. Ao todo, entre servidores e dependentes, o Instituto possuía cerca de 70 mil usuários.

Outra perda relacionada ao ICS ocorreu em 2003 devido a Reforma da Previdência, que elevava a alíquota dos servidores de 8,8% – 5,6% para o IPMC e 3,13% para o ICS para 11%.

Em 2008, o ICS é posto em xeque. A ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Paraná pede a declaração de inconstitucionalidade da lei que criou o Instituto para impedir que o município continue repassando recursos da saúde pública para a manutenção do ICS, assim como para impedir que haja desconto obrigatório sobre o salário dos servidores.

Os sindicatos que atuaram durante esse processo sustentaram que os valores repassados são provenientes da folha de pagamento e não do Sistema Único de Saúde.

Revista Chão da Escola



A primeira edição da Revista *Chão da Escola* é lançada no dia 25 de abril de 2002, juntamente com o site do SISMMAC. A direção do Sindicato criou a Revista como um mecanismo de divulgação das reflexões dos professores da rede e de outras instituições comprometidas com a defesa da qualidade da escola pública municipal

A primeira edição da *Chão da Escola* continha artigos que discutiam políticas educacionais, o Estatuto da Criança e do Adolescente, diretrizes curriculares, gestão democrática e a necessidade de transformação dos educadores.

Coletivo de Aposentados do SISMMAC

O Coletivo de Aposentados do SISMMAC iniciou suas atividades no dia 22 de agosto de 2002. A primeira



atividade de integração do grupo discutiu isonomia salarial, o IPMC e o ICS com o auxílio do departamento jurídico do SISMMAC.

Para além dos assuntos jurídicos, o Coletivo de Aposentados também discutia a vida após aposentadoria com assuntos relacionados a política, saúde, psicologia, atividade física e lazer. Ao longo dos anos, os aposentados que acompanham o grupo fizeram parte de inúmeras produções como livros de receitas e o *Memórias Delicadas*, no qual, por meio de histórias, relatos e poesias, professoras que atuaram na rede municipal de Curitiba e hoje estão aposentadas relembram momentos vividos em salas de aula.

Desde a primeira reunião, o encontro do Coletivo de Aposentados acontece tradicionalmente na última quinta-feira do mês, como ocorre até hoje. A confraternização anual do Coletivo, em comemoração a data de aniversário do grupo, também é uma tradição realizada desde o primeiro ano até os dias de hoje.

10 anos

Anos 2010 e a retomada da luta

A Campanha de Lutas do magistério em 2010 reivindicava reajuste de 4,09% para repor a inflação dos últimos 12 meses, aumento real de 11% e 14,34% de reposição das perdas acumuladas. Além disso, a Pauta de Reivindicações continha pontos referentes à melhoria do Plano de Carreira e à revisão dos enquadramentos feitos em 2001.

A Prefeitura concede apenas 5% de reajuste e Beto Richa deixa a administração municipal para concorrer ao cargo de governador do estado do Paraná sem cumprir a promessa, feita em 13 de maio de 2005, de repor as perdas acumuladas.

SISMMAC versus SME

Em 2010, em detrimento do trabalho de base, a direção do SISMMAC empenha esforços para realizar, com a categoria, o debate sobre o Plano Municipal de Educação (PME), que na teoria organiza as ações

do poder público em relação à educação do município para o período de uma década. E, concomitantemente, critica a Secretaria Municipal de Educação por resistir ao Plano, que seria tema da Semana de Estudos Pedagógicos de 2010.

A SEP é prejudicada por não contar com o apoio teórico necessário e a discussão fica fragmentada sobre o PME, financiamento, gestão democrática, valorização profissional e condições de trabalho.

Bateria de provas

Nos meses de abril e maio de 2010, os alunos da rede são submetidos a uma bateria de provas. Sem fazer um debate aprofundado com o conjunto da categoria, a forma de lidar com a situação por parte da direção do SISMMAC é organizar um abaixo-assinado pela realização de uma audiência pública para discutir o sistema de avaliação na rede municipal de Curitiba.

Disputa no SISMMAC

Após alguns anos sem disputa para a direção do SISMMAC, a eleição de 2011 conta com duas chapas inscritas, a *Sismmac na Luta – Magistério Unido para Conquistar*, formada pelo grupo que já estava há anos na direção da entidade, e a *Novos Rumos - A Alternativa de Luta*, composta por um racha da diretoria anterior e um grupo de novos professores.

A eleição acontece nos dias 7 e 8 de junho e, com diferença de 600 votos, a chapa *Novos Rumos - A Alternativa de Luta* vence as eleições para a direção do SISMMAC para o triênio 2011-2014. A diferença expressiva de votos nas urnas evidenciou o desejo do magistério de retomar o Sindicato como um instrumento de organização e luta da categoria.

Os princípios norteadores da nova gestão têm como foco o trabalho de base, com ação nos locais de trabalho, formação política, autonomia em relação a partidos políticos e independência frente a patrões e governos.

O reflexo dessa política é a consciência da categoria que avançou junto com o SISMMAC. De agosto de 2011 a agosto de 2013, houve um aumento de 20% no número de sindicalizados.

Paralisação das escolas de 6º ao 9º ano

No dia 15 de setembro de 2011, as 11 escolas de 6º ao 9º da rede municipal aderiram à paralisação que conquistou 32% de hora-atividade para essa parte da categoria a partir de 2012. Movimento dos professores das séries finais também conquistou o fim das substituições em outras áreas de atuação.

Uma das reivindicações dos professores das escolas de 6º ao 9º ano que não foi atendida nesta paralisação é a composição da jornada em hora-aula e não em hora-relógio. A atual jornada exercida pelos professores que atuam nas séries finais é ilegal. Os profissionais trabalham duas horas a mais em uma semana, e, na semana seguinte, fazem a compensação dessas horas. Em nenhum documento do magistério consta a possibilidade de compensações.

Greve de 2012

Os meses de fevereiro e março de 2012 foram de intensas lutas para o magistério. Em ritmo crescente, de 23 de fevereiro a 21 de março foram quatro assembleias, que a cada dia reuniam mais professores e escolas representadas. Isso só foi possível com a direção do SISMMAC visitando as escolas e conversando com os professores constantemente.

Como anúncio do que estava por vir, no dia 29 de fevereiro de 2012, mais de 150 escolas realizam uma paralisação de 33 minutos para panfletar para a comunidade as reivindicações da categoria.

Em 8 de março de 2012 é aprovada de forma unânime a deflagração de greve para o dia 14 por mais de mil professores. No dia 11 de março, é lançada a Campanha '33 mil pela Educação, eu apoio a luta dos professores', na feirinha do Largo da Ordem.



Nos dias 14 e 15 de março de 2012, seis mil trabalhadores da educação vão às ruas reivindicar reposição salarial e aumento real para o magistério. 70% das escolas da rede aderem à paralisação.

Após 10 anos reivindicando a reposição das perdas salariais acumuladas, a greve dos dias 14 e 15 de março consegue praticamente zerar as perdas com um reajuste salarial de 19,56%, barrando a política meritocrática da gratificação por produtividade, conquista que tem repercussão nacional.

No dia 21 de março, mais de 30 mil assinaturas coletadas em duas semanas de apoio à luta dos professores foram entregues para a administração municipal. É também no dia 21 que a categoria decide pela incorporação e rejeita a implementação do Programa de Produtividade e Qualidade (PPQ).

O compromisso firmado durante a greve entre magistério e Prefeitura foi que os recursos que até então seriam destinados para o PPQ passariam a recompor o valor do vencimento inicial, com efeito "cascata" para toda a tabela. A conquista é estendida aos aposentados.

Caso fosse implementada, a gratificação poderia ser retirada a qualquer momento, não contemplaria os aposentados e, além disso, o PPQ representaria mais um instrumento de controle e coerção dos trabalhadores.

Outra importante conquista do movimento paredista em 2012 é o início da implementação dos 33,33% de hora-atividade, que ainda precisa ser transformado em direito no dia a dia nas escolas.





X Congresso do SISMMAC e desfiliação da CUT

O X Congresso do SISMMAC, realizado em setembro de 2012, culmina na desfiliação do Sindicato da Central Única dos Trabalhadores. As discussões nas escolas, regionais e no próprio Congresso concluíram que a Central Única dos Trabalhadores, fundada a partir das lutas da classe trabalhadora, burocratizou-se ao longo dos anos e hoje age contra os interesses dos trabalhadores, por estar atrelada aos governos.

Outra importante decisão do X Congresso é a de continuar contribuindo com a luta geral dos trabalhadores. Para isso, os representantes do magistério decidem continuar ajudando oposições, sindicatos, movimentos sociais de trabalhadores e de trabalhadores em formação que compartilham dos mesmos princípios que orientam a gestão Novos Rumos. Os 6,2%, antes destinados à CUT, contribuem com o processo de reorganização da classe trabalhadora por meio do apoio a esses grupos.

No X Congresso, os delegados também aprovaram o aumento da contribuição sindical de 0,9% para 1,1%. Parte desse recurso é destinado à manutenção de um Fundo de Greve e Campanha de Lutas.

Vamos tirar o ICS da UTI!

Em 2010, o presidente do Instituto Curitiba de Saúde é afastado do cargo devido à intervenção da Agência Nacional de Saúde. No dia 20 de outubro do mesmo ano, 500 servidores municipais participam de ato em defesa do ICS. Nessa data, a Prefeitura se compromete a negociar um novo modelo de Instituto junto aos sindicatos representantes dos servidores do município, entretanto, não cumpre a promessa.

Em agosto de 2011, a Prefeitura aprova arbitrariamente um novo regulamento para o Instituto, sem debater seu conteúdo com os servidores que utilizam o serviço. O documento estabelece o pagamento de multas, autoriza reajuste do desconto a qualquer momento e prevê o pagamento de 30% do valor dos procedimentos realizados dentro do ICS.

O magistério resiste ao ataque. No dia 20 de setembro de 2011, realiza uma manifestação que resulta na ocupação do prédio da Prefeitura. A pressão faz com que o prefeito Luciano Ducci recue e suspenda todos os itens do novo regulamento que trariam prejuízos para os servidores.

Em abril de 2012, uma decisão judicial torna ainda mais difícil a situação do ICS. A justiça analisa

o processo que tramitava desde 2001 e decide que a adesão ao Instituto não deve ser obrigatória, já que o plano é gerido de forma privada.

Em maio de 2012, a direção do SISMMAC lança a campanha '+ 2% recuperam a nossa saúde. Por que não?' com o objetivo de pressionar o prefeito Ducci a aumentar o investimento destinado ao Instituto.

Apesar do ato na Boca Maldita e ações nas escolas, a reivindicação do magistério não é atendida.

Entretanto, a expressiva maioria dos trabalhadores optou por continuar credenciado ao ICS e lutar por um serviço de saúde de qualidade. A luta pelo aumento do financiamento do ICS por parte da administração continua!

2013: nova administração, velhos problemas

A Campanha de Lutas de 2013 teve como tema a 'Educação de Curitiba está cansada de esperar! Crescimentos na carreira e melhores condições de trabalho já!'

Apesar do magistério receber apenas a reposição da inflação, foram formados grupos de trabalho para reformular o Plano de Carreira e também para rever as distorções causadas pelo enquadramento de 2001.

Outro momento importante do ano de 2013 foi a campanha pelo investimento dos 30% do orçamento municipal para a educação pública já! Enquanto era candidato, o prefeito Gustavo Fruet prometeu 30% do orçamento para educação. Porém, após ter ganhado as eleições, o discurso foi outro e a proposta da administração é ampliar o orçamento destinado à educação em apenas 0,5%: de 26% para 26,5%.

Para promover a campanha, os professores realizaram panfletagens nas escolas e nas regionais, fizeram um abaixo-assinado e participaram do ato do dia 21 de setembro, que se concentrou na Praça Rui Barbosa para a produção de cartazes e depois foi até a frente da Prefeitura em passeata.

Atos pela redução da tarifa em todo o Brasil

As manifestações de junho pela redução da tarifa do transporte coletivo tomaram os quatro cantos do país. O dia 17 de junho de 2013 foi marcado por intensas mobilizações no Brasil. Em Curitiba, milhares de pessoas foram ao centro da cidade protestar e reivindicar melhores condições de vida. A manifestação, inicialmente criada em solidariedade aos manifestantes de São Paulo que reivindicaram a redução da tarifa e sofreram agressão da Polícia Militar, toma uma proporção ainda maior e se incorpora a um movimento que é nacional.

O SISMMAC incorpora esse movimento e se junta aos demais trabalhadores e trabalhadores em formação para lutar pela redução da passagem de ônibus, de segunda a sábado, de R$2,85 para R$2,60 e da tarifa de domingo de R$1,50 para R$1,00.

No dia 20 de junho, mais uma grande manifestação no centro da cidade. A marcha teve início na Boca Maldida e, de lá, os manifestantes seguiram em passeata até a sede da Prefeitura. A manifestação comemorou a primeira vitória do movimento que levou milhões de pessoas às ruas em todo o país. O prefeito Gustavo Fruet havia anunciado a redução de 15 centavos no valor da passagem de ônibus, que passaria a custar R$ 2,70. Entretanto, essa foi uma conquista parcial. Além do valor da tarifa não ter retornado para os R$ 2,60, Fruet também afirmou que a Prefeitura continuará repassando a mesma quantia às empresas de transporte coletivo.

Em 2013, o magistério participa do ato ao lado daqueles que defendem os interesses e as pautas da classe trabalhadora. Junto com militantes de outros sindicatos, movimentos sociais e estudantil e organizações políticas, professores municipais marcharam pelas ruas de Curitiba em defesa da redução da tarifa de transporte público em Curitiba e em solidariedade aos manifestantes que lutam pela melhoria nas suas condições de vida, mesmo sofrendo repressões.





1994: Professores fazem paralisação de quatro dias por avanço nas negociações com a gestão Rafael Greca



2012: Seis mil professores nas ruas em dois dias de greve conquistam reposição das perdas e aumento real



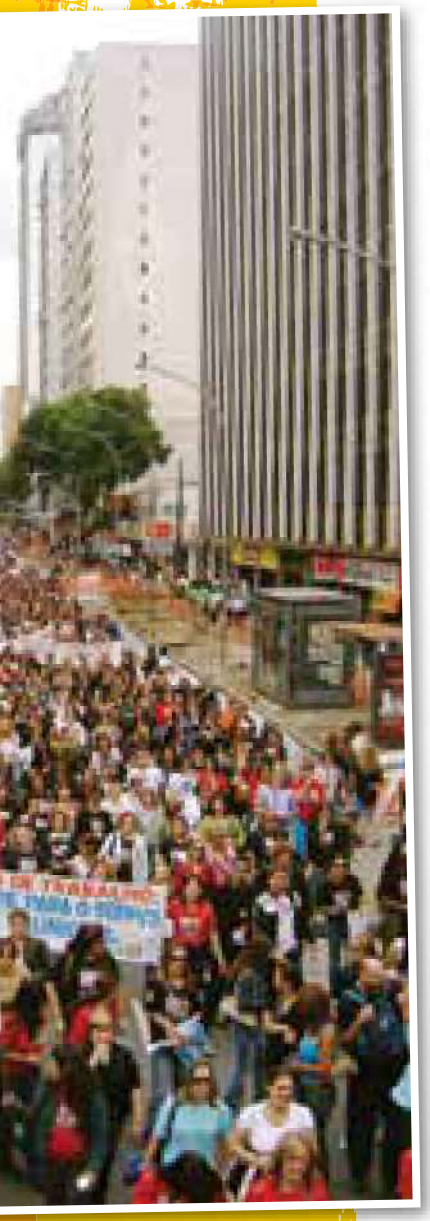
1995: Seis mil servidores municipais paralisam suas atividades pela aprovação da lei da data-base



2007: Paralisação é motivada pelas perdas salariais que atingem a porcentagem de 25,23%



2001: Greve de dois dias em junho é determinante para a aprovação de um Plano de Carreira, Cargos e Salários para o magistério





1987: Magistério faz greve de 40 dias por melhores salários e contra a intransigência da administração municipal



2012: Assembleia rejeita a implementação do Programa de Produtividade e Qualidade a aprova incorporação da gratificação nos salários





2009: Em abril, professores vão às ruas por aumento real, reposição das perdas salarias, revisão do Plano de Carreira e melhores condições de trabalho